Em ANÁLISE

* DOCUMENTOS DE APOIO *

Nº5 – Junho de 2005 – Gabinete de Investigação e Projectos

"In-work Poverty"

Síntese

O Statistic in focus[1] de Maio, sobre o tema da in-work poverty, vem corroborar o ponto de vista defendido pela EAPN da existência de um número significativo de trabalhadores pobres na Europa e da necessidade de uma política social e de medidas sociais que não sobrevalorizem a empregabilidade e a participação no mercado de trabalho como mecanismos de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Os dados apresentados por este relatório demonstram que 7% da população trabalhadora se encontra abaixo do limiar da pobreza, ou seja, 14 milhões de trabalhadores pobres.

A percentagem de trabalhadores pobres varia consoante os Estados Membros. Tendo como base os dados relativos a UE-15, a Grécia, Portugal, Espanha e Itália são os países com maiores taxas de trabalhadores pobres (13%, 12%, 10%, 10% respectivamente).

Alguns dos factores de risco apresentados são os baixos salários, as baixas qualificações, as famílias monoparentais e os agregados familiares com filhos menores e apenas um adulto inserido no mercado de trabalho.

[1] Ao nível da pobreza, os dados existentes referem-se sobretudo a 2001, altura anterior ao alargamento da União Europeia. Os dados sobre os 10 novos Estados Membros são também apresentados, contudo, enquanto os dados sobre UE-15

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎225 420 800 225 403 250 @ geral@reapn.org www.reapn.org

Ter um emprego por contra própria ou por conta de outrem é um factor de diminuição do risco de pobreza. Contudo, tendo em conta o peso da população trabalhadora na população em idade activa, verifica-se que **a percentagem de trabalhadores que se encontram abaixo do limiar de pobreza esconde valores absolutos relevantes**. Em 2002 a taxa de emprego na UE-25 foi de 62.9% o que corresponde a 199 milhões de pessoas. Desta forma, a percentagem de trabalhadores pobres na UE-25, apesar de baixa comparativamente à percentagem dos desempregados e inactivos em risco de pobreza, corresponde na realidade a 14 milhões de pessoas aproximadamente.

O reconhecimento formal da existência de situações de *in-work poverty* nos Estados Membros, implicou uma necessidade de definição de indicadores e variáveis no contexto do Método Aberto de Coordenação na Inclusão Social e da Estratégia Europeia de Emprego. Com estes novos indicadores será possível um melhor conhecimento das causas e mecanismos de reprodução da pobreza junto da população que se encontra inserida no mercado de trabalho e, consequentemente, poderá permitir mudanças nas orientações e estratégias das políticas e medidas de inclusão social e de luta contra a pobreza.

A definição de *in-work poverty* utilizada no contexto do Método Aberto de Coordenação na Inclusão Social e da Estratégia Europeia de Emprego tem como base a definição de **trabalhadores pobres como os indivíduos que se encontram inseridos no mercado de trabalho[2] e cujo rendimento equivalente disponível – ou seja, o rendimento disponível total do agregado familiar dividido pela sua "dimensão equivalente"[3] – se situa abaixo dos 60% da mediana nacional do rendimento equivalente**.

Desta forma, **a definição de *in-work poverty* abrange não só os trabalhadores pobres mas também o seu agregado familiar**. Uma abordagem efectuada ao nível do agregado familiar permite um enfoque nas condições económicas de todas as pessoas – independentemente da idade e da situação face ao emprego – que vivem em agregados onde existe pelo menos uma pessoa inserida no mercado de trabalho. Na base desta abordagem prevalece a percepção de uma divisão dos recursos dentro do agregado familiar. Desta forma, as condições económicas dos indivíduos dependem da soma de todos os recursos económicos existentes no agregado e, consequentemente, o rendimento de um dos membros do agregado familiar pode ser relativamente elevado e, no entanto, encontrar-se abaixo do limiar de pobreza. As famílias numerosas, em que apenas um elemento se encontra inserido no mercado de trabalho e cujo rendimento não é suficiente para evitar que todo o agregado familiar se encontre abaixo do limiar de pobreza, são exemplos destas situações. Por outro lado, verifica-se igualmente a situação oposta, ou seja, trabalhadores com baixos rendimentos que não se encontram em risco de pobreza devido ao rendimento total do agregado familiar, como por exemplo, jovens com baixos rendimentos mas que podem usufruir de um nível de vida acima do permitido pelo seu salário pelo facto de ainda se encontrar em casa dos pais e usufruir dos recursos deste agregado familiar.

---

baseiam-se em indicadores sociais harmonizados ao nível da União Europeia, os dados referentes aos novos Estados Membros baseiam-se em bases de dados nacionais e não são considerados como totalmente comparáveis.

[2] O indicador utilizado pelo Eurostat determina a situação face ao emprego como aquela cujos os inquiridos declaram possuir durante mais da metade do período em análise. Assim, para dados referentes a 12 meses, são considerados como trabalhadores, dependentes ou independentes, as pessoas que declaram terem um emprego pelo menos durante 7 meses.

[3] Segundo o REGULAMENTO (CE) N.o 28/2004 DA COMISSÃO de 5 de Janeiro de 2004, a dimensão equivalente contabiliza o primeiro adulto como 1, cada uma das outras pessoas com idade igual ou superior a 14 anos como 0,5 e cada criança com menos de 14 anos como 0,3. (Jornal Oficial da União Europeia de 9.1.2004)

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎225 420 800 225 403 250 @ geral@reapn.org www.reapn.org

Segundo os dados de 2001 para a UE-15, os trabalhadores pobres constituíam cerca de 11 milhões de pessoas. Contudo, tendo em conta os agregados familiares em que estão inseridos, este fenómeno atinge cerca de 20 milhões de pessoas destes Estados Membros, ou seja, cerca de 6% da população total da EU-15 e 36% da população em risco de pobreza.

Os países da UE-15 onde este tipo de pobreza é mais visível são a Grécia (13% da população trabalhadora), **Portugal (12% dos trabalhadores)**, Espanha e Itália (ambos com 10% de trabalhadores abaixo do limiar da pobreza). A Dinamarca, a Alemanha e a Bélgica, por outro lado, são os países da UE-15 nos quais estas percentagens são menores (3% dos trabalhadores dinamarqueses e 4% dos trabalhadores alemães e belgas encontram-se em situação de pobreza).

Para uma melhor compreensão deste fenómeno, e dos factores a ele associados, é possível efectuar uma análise tendo em conta as características dos trabalhadores (como por exemplo, a idade, o género, o grau de escolaridade e a sua inserção no mercado de trabalho), do agregado familiar (como por exemplo o número de filhos dependentes e a intensidade de trabalho existente no agregado) e do mercado de trabalho (problemas existentes no mercado de trabalho tais como os baixos salários, a precariedade e a instabilidade).

Ao nível das características do agregado familiar, existe claramente uma potenciação do risco de pobreza junto de agregados familiares com 1 ou mais filhos dependentes no qual apenas um dos adultos se encontra inserido no mercado de trabalho e das famílias monoparentais (20% e 19%, respectivamente, ao nível da UE-15). **Em Portugal, são igualmente estes agregados familiares que se encontram mais vulneráveis ao risco de pobreza**. **36% dos trabalhadores pobres portugueses encontram-se em agregados familiares com filhos menores e outros adultos dependentes da sua remuneração e 30% encontram-se em famílias monoparentais. Contudo, a este nível é igualmente relevante a percentagem de trabalhadores portugueses que, mesmo não tendo ao seu cargo filhos ou outros adultos, a remuneração que possuem não é suficiente para impedir que se encontrem abaixo do limiar de pobreza**. Na população trabalhadora que vive sozinha, 15% encontra-se abaixo do limiar da pobreza.

A intensidade de trabalho[4] existente no agregado familiar influencia claramente a vulnerabilidade ao risco de pobreza. Os agregados familiares onde não existem membros em idade activa a trabalhar possuem elevadas taxas de pobreza (63% em agregados com crianças e 30% sem filhos dependentes, ao nível da UE-15). Os agregados com intensidade de trabalho máxima, ou seja, onde todos os seus membros em idade activa trabalham ao longo de todo o ano, possuem uma baixa vulnerabilidade ao risco de pobreza (5% destes agregados, independentemente de existirem ou não crianças dependentes, encontram-se abaixo do limiar da pobreza). **Em Portugal existe igualmente um maior risco de pobreza associado aos agregados familiares com menor intensidade de trabalho**[5]. Contudo, analisando a distribuição da população em risco de pobreza pela intensidade de trabalho existentes nos seus agregados familiares verifica-se que 31% se encontram em agregados familiares com intensidade máxima de trabalho (24% encontra-se em agregados familiares com filhos dependentes onde todos as pessoas em idade activa trabalham ao longo de todo o ano e 7% em agregados familiares sem filhos dependentes), contra 13% em agregados com intensidade mínima de trabalho (5% em agregados com filhos dependentes onde não existe uma inserção no mercado de trabalho dos seus membros e 8% dos agregados sem filhos dependentes). **Ou seja, para 1/3 da população**

[4] A intensidade de trabalho é definida como a totalidade da intensidade de trabalho associado aos membros do agregado familiar em idade activa.

[5] 39% dos agregados familiares sem filhos dependentes e com intensidade mínima de trabalho e 75% dos agregados familiares com filhos dependentes e com intensidade mínima de trabalho encontram-se abaixo do limiar de pobreza. Por outro lado, 9% dos agregados familiares sem filhos dependentes e com intensidade máxima de trabalho e 14% dos agregados familiares com filhos dependentes e com intensidade máxima de trabalho encontram-se abaixo do limiar de pobreza

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎225 420 800 225 403 250 @ geral@reapn.org www.reapn.org

portuguesa que se encontra abaixo do limiar de pobreza a participação no mercado de trabalho não é por si só um factor que os afastam do risco de pobreza.

Ao nível das características individuais, verifica-se que o risco de pobreza é maior junto dos trabalhadores com menores qualificações: 12% dos trabalhadores da UE-15 com um baixo nível de escolaridade encontram-se abaixo do limiar de pobreza, contra 5% dos trabalhadores com um nível médio e 3% dos trabalhadores com um grau superior. **A Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Luxemburgo são os países onde a baixa escolaridade parece possuir um maior peso no risco de pobreza, sendo que para o primeiro país 23% da população trabalhadora com baixa escolaridade encontra-se abaixo do limiar da pobreza e para os restantes países essa taxa é de 16%**. Por outro lado, é igualmente na Grécia, em Portugal, no Luxemburgo e na Dinamarca que os trabalhadores com níveis superiores de escolaridade se encontram menos expostos ao risco de pobreza.

Ao nível do género, são os homens os trabalhadores mais expostos ao risco de pobreza (8% dos homens e 7% das mulheres inseridos no mercado de trabalho encontra-se abaixo do limiar de pobreza). Estes dados parecem ser paradoxais se tivermos em conta que as mulheres têm uma inserção no mercado de trabalho caracterizada pela instabilidade, baixos salários ou pelo trabalho em part-time. A existência de um menor risco de pobreza junto da população trabalhadora feminina poderá estar relacionada com o facto da remuneração das mulheres ser muitas vezes um complemento ao rendimento existente no agregado familiar.

Outro factor importante para compreender o risco de pobreza junto da população trabalhadora é o grupo etário a que pertencem. **São os trabalhadores mais jovens (entre 16 e 24 anos) e os mais velhos (mais de 55 anos) os mais expostos a este risco** (10% dos trabalhadores mais jovens e 9% dos trabalhadores mais velhos na UE-15 encontram-se abaixo do limiar da pobreza). Holanda, Luxemburgo e Finlândia são os países onde existe um maior risco de pobreza junto de trabalhadores mais jovens (20%, 16% e 15% respectivamente). Contudo este padrão não é homogéneo ao nível europeu. **Para países como Portugal, Grécia, Itália e Irlanda são os trabalhadores mais velhos os mais expostos a este risco**. **Em Portugal, 21% dos trabalhadores com mais de 55 anos encontram-se abaixo do limiar de pobreza, contra 11% dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos e 10% dos trabalhadores com menos de 24 anos**.

A taxa de pobreza junto da população trabalhadora varia igualmente consoante o estatuto de trabalhador dependente ou de trabalhador independente, sendo os trabalhadores independentes os mais expostos ao risco de pobreza. Contudo, o Eurostat alerta para a fiabilidade dos dados referentes à remuneração dos trabalhadores independentes por existir muitas vezes uma declaração de rendimentos inferior a real. Desta forma, apesar dos baixos salários serem um factor determinante para a vulnerabilidade ao risco de pobreza, não são apresentados dados a este nível por se considerar que não são dados fiáveis.

Por fim, são os trabalhadores que se encontram em situações de maior precariedade e instabilidade no emprego os que apresentam uma maior vulnerabilidade ao risco de pobreza. Efectivamente verifica-se **uma maior vulnerabilidade junto dos trabalhadores se encontram em regime de part-time** (10% dos trabalhadores da UE-15 com um horário de trabalho inferior às 30 horas semanais encontram-se abaixo do limiar de pobreza contra 5% com um horário de trabalho superior às 30 horas semanais), com contratos de trabalho temporários (10% com contratos de trabalho temporário contra 4% com contrato de trabalho permanente, ao nível UE-15) e com trabalho por um período inferior a um ano (12% dos que trabalharam por períodos inferiores a 1 ano contra 5% dos que trabalharam ao longo de todo o ano).

Em Portugal, são igualmente estes grupos de trabalhadores os mais vulneráveis ao risco de pobreza. Contudo, as taxas de pobreza junto destes grupos são superiores a média europeia: 20% dos trabalhadores em part-time, 12% com contracto temporário e 13% com trabalho por um período inferior a um ano.

Referência Bibliográfica:

Statistics in Focus, Population and Social Conditions, "In-work poverty", 5/2005

REAPN
Junho, 2005

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
☎225 420 800 225 403 250 @ geral@reapn.org www.reapn.org